

A QUESTÃO DA IDENTIDADE HOMEM-NATUREZA E SUAS PERSPECTIVAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

THE QUESTION OF MAN-NATURE IDENTITY AND ITS PERSPECTIVES FROM ENVIRONMENTAL EDUCATION

Analúcia Bueno dos Reis Guiometti - UNESP

Tatiane Pereira da Silva - UNESP

Resumo:

O texto enseja apresentar reflexões teóricas no tocante ao estudo sobre a questão da identidade homem-natureza a partir do contexto sócio-histórico determinado pela relação do gênero humano com o meio ambiente até a contemporaneidade. Para isso, analisamos dialeticamente o movimento das contradições existentes em face ao desenvolvimento humano enquanto sociedade permeada na sua identidade estabelecida com o meio ambiente. Destarte, breves considerações foram destacadas na discussão acerca da identidade socioambiental contemporânea a ser constituída a partir do viés da Educação Ambiental como possibilidade instrumental epistemológica para a construção de um paradigma ecológico que venha delinear um percurso embasado na sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Gênero humano. Identidade. Meio ambiente.

Abstract:

The text presents theoretical reflections regarding the study on the question of the identity man-nature from the socio-historical context determined by the relation of the human race with the environment until the contemporaneity. For this, we analyze dialectically the movement of existing contradictions in the face of human development as a society permeated in its established identity with the environment. Thus, brief considerations were highlighted in the discussion about the contemporary socio-environmental identity to be constituted from the bias of Environmental Education as an instrumental epistemological possibility for the construction of an ecological paradigm that will delineate a course grounded in socio-environmental sustainability.

Keywords: Human gender. Identity. Environment

Recebido em: 20/01/2019

Publicado em: 13/07/2019

LA CUESTIÓN DE LA IDENTIDAD HOMBRE-NATURALEZA Y SUS PERSPECTIVAS DESDE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL

Resumen:

El texto propone presentar reflexiones teóricas en cuanto al estudio sobre la cuestión de la identidad hombre-naturaleza a partir del contexto socio-histórico determinado por la relación del género humano con el medio ambiente hasta la contemporaneidad. Para ello, analizamos dialécticamente el movimiento de las contradicciones existentes frente al desarrollo humano como sociedad permeada en su identidad establecida con el medio ambiente. De este, breves consideraciones fueron destacadas en la discusión acerca de la identidad socioambiental contemporánea a constituirse a partir del sesgo de la Educación Ambiental como posibilidad instrumental epistemológica para la construcción de un paradigma ecológico que venga delinear un recorrido basado en la sostenibilidad socioambiental.

Palabras clave: Género humano. Identidad. Medio ambiente.

Introdução

A trajetória da humanidade está vinculada à territorialidade interventiva do homem ao meio ambiente. Atualmente, configurações de ordem social e ambiental expressam a conjuntura planetária da crise socioambiental¹ como sendo o resultado do modo com que o gênero humano vem estabelecendo a sua relação com a natureza. Assim, mundialmente, em escala crescente temos assistido os fatores ambientais advindos de tal crise, consolidados a uma relação de vários problemas sociais, e, sobretudo, os ambientais.

Nos últimos anos, notícias nas redes sociais e diversas mídias apresentaram resultados de estudos científicos das quais alarmaram a ocorrência do acréscimo da temperatura do Planeta e diversos desastres ecológicos, onde esta questão rebate as suas causas e conseqüências para o ser humano percebidas no embate da caracterização estabelecida pela relação homem-natureza, por se apresentar munida à ideologia do desenvolvimento socioeconômico como sendo a geração da acelerada crise. Trata-se de um momento histórico em que se destaca a importância da formação da identidade humana² da relação homem-natureza que aponte a cultura social do seu pertencimento ecológico.

Ao denotar o envolvimento da questão da identidade sobre essa relação homem-natureza no processo civilizatório, se torna possível a elucidação quanto ao modo de vida que o homem vem estabelecendo consigo mesmo, e, também com o meio ambiente. Assim, o processo construtivo da identidade num contexto sócio-histórico dialeticamente aprofunda reflexões acerca dos fundamentos e contradições dos aspectos concretos da realidade subentendida da evolução interventiva do humano no entorno

¹“Crise, esta, que designamos socioambiental, pois engloba os problemas sociais e os ambientais significando que são indissociáveis, ou seja, um está diretamente ligado ao outro. Denota-se assim que pobreza, desigualdade social, falta de infra-estrutura e saneamento básico, subnutrição, proliferação de doenças, precarização do trabalho e outros estão também diretamente relacionados à poluição, à degradação ambiental, aos desmatamentos, à exploração desmedida, à escassez de recursos, ao não cumprimento das leis em geral e etc. São fatores que incidem na destruição da qualidade ambiental que conseqüentemente afeta a qualidade de vida e vice-versa.” (LACERDA; SILVA, 2008, p. 61).

²“[...] a identidade é uma entidade abstrata sem existência real [...] indispensável como ponto de referência.” (LÉVI-STRAUSS, 1977 apud ORTIZ, 1985, p. 137).

especialmente subjugado. Por tanto, evidenciar como foi sendo determinada a sua identidade com o meio ambiente, sobretudo, desencadeará reflexões concernentes a nossa forma de enxergar essa relação, pois a atual realidade nos remete percorrer a questão da identidade homem-natureza para então absorver novos elementos em relação aos desdobramentos conjunturais determinantes para tal relação presente na sociedade contemporânea.

Partindo desse pressuposto, no embate da questão da identidade serão traçados reflexões acerca do processo sócio-histórico da relação homem-natureza para acrescer denotações simbólicas da realidade atual para a sociedade num viés analítico das transformações projetadas na evolução da humanidade e os seus rebates para a perpetuação do homem enquanto sujeito de uma identidade socioambiental ao delinear necessariamente novas projeções que atinja a ruptura da alienação do gênero humano quanto a essa questão, e passe a introduzir novos sentimentos de organização social a partir de um paradigma ecológico da existência humana como parte da biodiversidade planetária.

O contexto sócio-histórico da relação homem-natureza

Ao indagarmos sobre a relação do gênero humano com o meio ambiente, viabilizamos a importância da apreensão acerca da sua dimensão, pela qual se constitui a partir das inter-relações dos organismos vivos existentes no planeta Terra, pois:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou também a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2006, p. 116).

O processo da gênese do homem na Terra por sua vez é determinado como sendo uma parte pertencente a sua biodiversidade. “A natureza está

no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana.” (MOREIRA, 1985, p. 81). Ou seja, a relação estabelecida quanto a sua existência é representada por laços de interdependência com o meio ambiente onde habita.

O percurso da humanidade desde os primórdios incide sobre a relação do homem com a natureza como parte sublime desse processo. No entanto, para depreendermos essa relação num contexto concernente a sua atual realidade instaurada pela crise socioambiental, faz-se necessário realizar uma reflexão a partir de uma perspectiva sócio-histórica, por haver nesse âmbito, elementos representativos que nos possibilitam obter a compreensão acerca da trajetória da qual determinou a interação do homem com a natureza.

Para entender a natureza e a força das restrições estruturais prevaletentes, é necessário comparar a ordem estabelecida do controle sociometabólico com os seus antecedentes históricos. [...] no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si. (MESZÁROS, 2011, p. 96).

Nessa trajetória, o gênero humano está dentre as espécies de animais viventes no ecossistema terrestre em que possui maior capacidade de criar condições adaptáveis para a sua sobrevivência e perpetuação. Para desenvolver condições favoráveis a sua espécie, o homem necessita fazer o uso da captação dos recursos da natureza para conseguir manter a sua subsistência, sobretudo, precisa dos elementos naturais que disponham de energia, abrigo e alimentação, onde temos destaque para os compostos essenciais como a água, solos férteis, ar purificado, alimentos, e, entre outros componentes para suprir as suas necessidades básicas.

Nos primórdios, o homem, considerado pré-histórico, mantinha a cultura da caça e captava energia basicamente para o seu aquecimento e provimento dos alimentos através da queima de madeira, porém isso acontecia de modo pacífico com a natureza. À medida que os homens se identificavam com o meio da qual viviam também passaram a explorar a natureza a tal modo que chegasse a provocação do esgotamento dos recursos naturais, e, por isso, por vezes

precisavam viver como nômades em busca de novos recursos naturais. Posteriormente, ao findar o nomadismo começaram a se agrupar e criar novas técnicas, instrumentos e ferramentas para superar as dificuldades na aquisição de comida e abrigo, oportunizando o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas de agricultura.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 201-202), as interdependências grupais quando avaliadas do ponto de vista do ecológico cultural no percurso das suas adaptações podiam implicar na ocupação de nichos distintos no território do mesmo ambiente natural, mas acender também a competição mínima por captação de recursos da natureza, bem como, o de monopolizar territórios separados, e, neste caso, entrar em competição por recursos, onde a articulação irá desenvolver a área da atividade política ao longo da fronteira.

Nesta trajetória inicial do homem na Terra, ao se agrupar em tribos, muitos desses grupos também passaram a sociabilizar a sua etnia e manifestações culturais, mas que ainda neste período histórico, isso acontecia sem o rompimento de dependência do homem com a natureza, pois, essas diferenças coletivas foram refletindo-se a partir dos elementos socioculturais de forma regionalizada, a exemplo disso, temos os mitos que historicamente demarcaram a constituição do modo sagrado da sua identidade à natureza. “Foram os pré-socráticos os responsáveis pelas indagações filosóficas dos princípios causais de explicação do mundo e desempenharam o importante papel na construção da identidade humana, que até então, se confundia com a natureza.” (NAVES; BERNARDES, 2014, p.13).

Desse modo, a identidade homem-natureza foi sendo constituída na trajetória do desenvolvimento humano na sua interface com a natureza, onde foram sendo instituídas por suas relações de pertencimento entre os homens, e, destes também com outros homens, das quais perpassam ao mesmo contexto sócio-histórico. Essas relações são vistas pelas agregações do agrupamento humano entremeio as crenças, costumes e valores disseminados de forma sociocultural do pertencimento e interdependência a tradição estabelecida.

[...] identidade é constituída sempre em uma certa relação com o onde o homem está situado nessa relação o homem se define. As condições de existência do homem são aquilo através do qual ele se constitui. Então, o homem se dá sempre por perspectivas e ou delimitações. (NETTO; RAMOS, 2000, p. 213 - grifos do autor).

Para tanto, o crescimento populacional caracteriza o princípio para a constituição da civilização, onde a economia da produção de excedente se torna agrícola e pastoril. Surge o comércio mediante a construção pelos humanos de um espaço próprio demarcado por singularidades territoriais originados por essas tradições, crenças, valores e costumes edificadas em sua formação ideológica. Nesta caminhada, os humanos, na construção do seu espaço de vivência, acabam suscitando a descaracterização do ambiente natural.

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. [...]. No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de Natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também novos desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo. (SANTOS, 1992, p. 96-97).

Ademais, essas atividades foram sendo realizadas pelo ser humano a partir do desenvolvimento do ciclo natural, onde a sua interferência ao meio natural acabou por modificá-la para satisfazer as suas necessidades e desejos. E esse processo apreende características pela qual denominamos de trabalho, que ao desenvolvê-lo materialmente, o homem passa a ser capaz de sofrer a

transformação do seu modo de pensar, podendo melhorar sua condição de existência e qualidade de vida. Por ora, “O equilíbrio homem-natureza se define na forma racional da sua dominação pelo trabalho, da técnica e da ciência, o que implica compreender o processo sociometabólico da natureza, no resultado das relações entre os homens.” (CONCEIÇÃO, 2014, p. 2).

Com o ambiente modificado a partir do cultivo de vegetais e a domesticação de animais, foram sendo desenvolvidos mecanismos e ambientes de ordem sociocultural (comportamentos, valores, hábitos, conhecimento, etc.) para uma produção que fosse excedente às suas necessidades. Pois de acordo com Santos (2002, p. 29) podemos decifrar o conhecimento acerca disso onde a “[...] principal forma de relação entre o homem a natureza, entre o homem e o meio, é a técnica.” Ao desenvolver as técnicas por meio de instrumentais e a sociabilização dos indivíduos, também foram ocorrendo alterações da condição natural, e outras necessidades da mesma forma determinaram que os territórios habitados fossem cercados, para a proteção contra as ameaças e perigos advindos do ambiente exterior, constituindo-se nesse momento a propriedade privada.

O aumento da população humana pela aglomeração dos povos antigos viabilizou a construção das cidades ou vilas, e com elas, novas formas de organização social e, também, do contato com a natureza que, em maior intensidade, o seu crescimento culminou na destruição dos meios ambientes naturais (paisagens naturais: matas, florestas e campos). Com a propriedade privada e a população crescendo, o homem foi à busca de novas terras habitáveis, acometendo a expansão pela dominação da posse da terra já conquistada por outros homens, como também a dominação desses homens. (SILVA, T. P., 2016, p. 22).

A dominação da Terra em si, para Marx, assumiu um significado complexo, dialético, derivado do seu conceito de alienação. Ela significava tanto a dominação da terra por aqueles que monopolizavam a terra, e, portanto os poderes elementares da natureza [...] sobre a vasta maioria dos seres humanos. Assim a alienação da Terra, e daí a sua dominação [...]. (FOSTER, 2014, p. 109).

Com a dominação dos territórios efetuados entre os homens também transcenderam a dominação da identidade de um povo por outros (tribos, países, nações), que mesmo ao serem subjugadas pelo poder do dominador, as suas raízes socioculturais por vezes resistiam outras dispersavam e outras findaram no espaço e tempo.

Por isso, vislumbramos a essa significação com maior êxito a partir do período histórico da Antiguidade, onde foram iniciadas as alterações mais concretas dos ambientes naturais por meio da apropriação da Terra e das construções urbanas, em que se manifestavam junto a uma conotação interligada pelo sentimento de pertença do homem ao espaço urbano de maneira intensiva. Porém, a infraestrutura das cidades nesta fase constituía-se transversalmente aos seus aspectos precários ao ponto de suscitar às grandes epidemias e doenças que ocasionaram a extinção de milhares de pessoas e com isso provocando a crise deste sistema em face à expansão campesina através feudalismo.

[...] A partir do século IV, com as invasões bárbaras e a decadência do Império Romano fundamenta as mudanças econômicas e sociais, as quais foram introduzindo o sistema da propriedade privada e de produção no início da Idade Média. Foi-se então, caracterizando um novo sistema econômico, político e social, denominado sistema feudal. Este período, na Europa, também ficou conhecido como a época Medieval, em que a população era praticamente campesina e mantida sob a influência da ideologia da Igreja Católica. [...] Posteriormente, do século XIV ao XVI, o movimento conhecido como Renascimento marca a transição do feudalismo (por sua decadência e destruição) para o regente modo de produção capitalista. [...] Todavia, a partir do século XVI, sucedeu a Revolução Científico-Tecnológica, demarcando as diversas transformações da vida humana na sociedade, cultura, economia, política e religião. Com isso, aos poucos foi se constituindo a época moderna, regida pela sociedade burguesa, através do modelo urbano e mercantil. Para tanto, no século XVIII, a Terra sofreu as mudanças mais decorrentes desse pensamento concomitantemente com outra grande Revolução, que, sob a influência da construção ideológica do

Iluminismo, consolidava a era moderna. (SILVA, T. P., 2016, p. 23-24).

A partir desta conjuntura histórica surgiram os pensamentos advindos do empirismo, mecanicismo, racionalismo e tecnicismo da Europa Ocidental que a qual designou e também intensificou profundamente o pensamento da ciência moderna. Em suma, são estes pensamentos do paradigma moderno que por meio do sistema capitalista de (re) produção enxergam e tomam os recursos naturais apenas como mercadorias para o fornecimento de matéria-prima a serem destinadas à produção de bens e fontes de energia com o intuito de atender ao seu processo industrial em que o homem experimenta um sentimento maior de exterioridade através do antropocentrismo³, separando-se da natureza pela sua subjugação, e com isso a sua vida terrena já não é a mesma ao aumentar a (re) produção e o consumo para além do seu bel-prazer.

[...] a indústria se desenvolve, começou-se a perceber que os homens não somente sofrem sua história, mas também podem produzir sua história. E para produzi-la, é preciso também produzir economia. O trabalho, que não era tido em alta consideração [...] de repente passou a ser valorizado, porque se transformou num símbolo de liberdade do homem, para transformar a natureza, transformar as coisas e a sociedade. (ENRIQUEZ, 1999, p.70).

Neste contexto é possível percebermos que a questão da relação homem-natureza enquanto identidade socioambiental encontra-se permeada “[...] a de um sistema de valores que se dá ao luxo da técnica a de uma prática técnica como artificialidade pura, sem nada que ver com o progresso ou outros racionais.” (BAUDRILLARD, 1990, p.150). Essa leitura faz-se presente sobre os reflexos da sociedade moderna em que a culturalização mundial dos recursos naturais delineada às simulações do

real está confrontada cotidianamente com a sua realidade concreta em que:

[...] a natureza começa um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão incorporando-se à natureza e esta fica cada vez mais socializada, pois é, a cada dia mais, o resultado do trabalho de um maior número de pessoas. Partindo de trabalhos individualizados de grupos, hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam. No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza. (SANTOS, 1988, p. 89).

Para tanto na atualidade nos defrontamos com a globalização⁴ desse modelo de desenvolvimento humano associado ao paradigma moderno através da mundialização do modo de (re) produção capitalista e que sob a égide do crescimento populacional vão sendo disseminados conjuntamente os grandes problemas sociais e ambientais da sociedade, pois esse modo de produção, da acumulação capitalista, traz em seu bojo o processo industrial e a urbanização forçada sem o devido planejamento territorial para a habitação da população advinda do campo. Ou seja, o espaço antes natural ao ser transformado em grandes polos urbanos e industriais sem infraestruturas adequadas acabam prejudicando o meio ambiente e consequentemente a qualidade de vida do gênero humano. E, também, por outro lado rompem-se desse processo as fronteiras socioculturais, em que esse tipo de desenvolvimento tem representado o caos do mito do progresso global, e para onde o pensamento ocidental moderno mascara os seus fetiches.

O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem as

3 “A visão antropocêntrica de mundo coloca o homem no centro do universo, em oposição à natureza, ou seja, o sujeito em oposição ao objeto. O antropocentrismo e o pragmatismo do pensamento cartesiano vinculam-se ao mercantilismo do período feudal, mas ainda conserva como herança medieval a separação entre espírito e matéria. [...] Essa visão de natureza separada do homem é característica do pensamento dominante no mundo ocidental, cuja matriz filosófica advém da Grécia e da Roma antigas, que se firmou contrapondo-se a outras formas de pensar e de agir.” (OLIVEIRA, 2002, p. 3-4).

4 A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. (SANTOS, 2001, p. 23).

desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção técnico-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento. (MORIN; KERN, 1995, p. 83).

Com vistas disso, as várias questões advindas das ações antrópicas têm acelerado a depredação ambiental para o processo industrial e o desenvolvimento socioeconômico, posto que as mudanças ambientais provenientes a esse processo representam a possibilidade da ocorrência do esgotamento dos recursos naturais. Estas questões acabam refletindo imensamente na condição natural do meio ambiente. Além de mascarar a questão da identidade homem-natureza, e, deste consigo mesmo, aonde a humanidade vem apresentando-se cada vez subdesenvolvida quanto ao seu pertencimento no mundo, pois:

Tudo deve ser sacrificado a uma geração operacional das coisas. A produção, já não é a Terra que produz nem o trabalho que cria a riqueza (as famosas núpcias da Terra e do trabalho); é o Capital que faz produzir a Terra e o trabalho. O trabalho já não é uma ação, é uma operação. O consumo já não é gozo puro e simples dos bens, é um fazer-gozar, uma operação modelizada e indexada pela gama diferencial dos objetos-signos. (BAUDRILLARD, 1990, p. 53).

Dentre essas e outras questões, isso tem sido um fator elementar para as manifestações dos impactos ambientais⁵ decorrentes dos impactos sociais advindos da lógica do sistema capitalista

⁵ “Qualquer alteração significativa no meio ambiente em um ou mais de seus componentes provocada por uma ação humana. Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.” Resolução nº 001 (CONAMA, 1986).

de (re) produção, pois, dentre as suas causas e consequências, repercutem o aumento em níveis cada vez maiores do desequilíbrio do entorno ecológico.

Neste preâmbulo temos assistido mundialmente à confirmação sobre as mudanças climáticas⁶ e as ambientais, principalmente a partir do aumento significativo dos desastres ecológicos. Isso se refere à degradação ambiental entre as mais variadas formas de manejo inadequado dos recursos naturais para as atividades antrópicas; da produção em larga escala de mercadorias descartáveis, poluição e dejetos industriais; da urbanização descontrolada; das ações humanas de uma sociedade deseducada e uma sociedade advinda dos diferentes fatores econômicos, políticos, tecnológicos, sociais e culturais. Outros fatores, assim como o aumento populacional, também revelam a apreensão desta degradação através das inconstantes manifestações das problemáticas sociais e ambientais defrontadas com: “[...] a mundialização financeira, a ‘acumulação por espoliação’, a ideologia do progresso técnico e a obsolescência programada [...]” (SILVA, M. G., 2010, p. 32, grifo do autor).

Com isso, ao delinear sobre o contexto sócio-histórico da questão da identidade homem-natureza, podemos apreender que a crise socioambiental atual são os reflexos produzidos pela relação que o homem foi estabelecendo com a natureza ao longo da história do processo civilizatório enquanto homem e sociedade, e, no mais, com o meio ambiente. Por isso, “As margem incharam rapidamente, invadindo as áreas centrais da coabitação humana. De súbito, era preciso colocar a questão da identidade.” (BAUMAN, 2005, p. 25). Desse modo, desde as suas causas às suas consequências, a hegemonia da ciência moderna pelo seu modelo de desenvolvimento socioeconômico tem sido entre os fatores determinantes para o acirramento da questão socioambiental contemporânea.

Em suma, vivemos as incertezas de um futuro ambientalmente sustentável, e, com as possíveis chances de a Terra aos poucos sucumbir diante de

⁶ “O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como está agora evidente nas observações dos aumentos das temperaturas médias globais do ar e do oceano, do derretimento generalizado da neve e do gelo e da elevação do nível global médio do mar.” (IPCC, 2007, p. 7).

tão acelerada destruição ambiental. Diante disso, neste momento, somos desafiados a enfrentar essa questão e munirmos as forças para movimentar a conscientização humanitária sobre isto. O destino do planeta vai depender do que fizermos agora para mitigar e frear os legados da produção econômica para outra que desempenhe um progresso para a sustentabilidade socioambiental.

Educação Ambiental para uma identidade socioambiental

Para denotarmos configurações reflexivas concernentes a questão da identidade da relação homem-natureza estabelecida enquanto um processo sócio-histórico faz-se importante a provocação epistemológica alavancada como possibilidade dialética para o seu entendimento junto ao viés da Educação Ambiental. Pois teremos neste mecanismo um abrangente cenário para constituir elementos representativos para a construção de alguma mudança significativa, onde realmente possa transformar mentes e mover forças para despertar a busca societária do sujeito ecologicamente sustentável, ao que anseie por um mundo socialmente melhor habitável e porque não dizer para todo o cosmos, afinal “Não vivemos sobre a Terra. Somos filhos e filhas da Terra, mas também membros do imenso cosmos”. (BOFF, 2000, p. 86).

Neste contexto poderemos encontrar por intermédio da Educação Ambiental a capacidade pedagógica de um vasto conjunto de abordagens e métodos, bem como de promover a configuração socioeducativa de acordo com a realidade territorial através de conotações gerais que possam empreender as concepções orientadas por sua legislação e política. Esse processo faz parte do preâmbulo instituído ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, gerado no ECO-92 e ratificado por vários países como forma de orientar o seu desenvolvimento, pois “Vários encontros em nível mundial e a formação e atuação de vários movimentos ambientais contribuíram e contribuem para o surgimento e desenvolvimento da Educação Ambiental.” (GIOMETTI, 2017, p. 45).

Desse modo a Educação Ambiental surge como meio de viabilizar a construção de um novo

paradigma, o ecológico, e hoje isso é reconhecido em todo o mundo, também como legislação, a exemplo disso, no Brasil, quando ratificada e deliberada a Política Nacional de Educação Ambiental, onde constam todos os níveis e modalidades do processo educativo, assim como prescreve Art. 2 da lei nº 9.795/99 em que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

Além disso, esta mesma lei apresenta como alguns de seus objetivos:

Art. 5 O desenvolvimento de uma compreensão integrada sobre o meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos a garantia de democratização das informações ambientais; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia e o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social. (BRASIL, 1999).

Ou seja, devemos enquanto cidadãos, se empenhar coletivamente para desenvolver comportamentos que visem à organização da vida social de forma crítica transformadora e emancipatória do socioambiental, pontos cruciais para que as autoridades governamentais e comunidades

em geral possam contribuir para a existência das políticas de gestão ambiental. Para isso, é de extrema importância enfatizar o percurso da Educação Ambiental junto à formação da identidade socioambiental do cidadão enquanto sujeito ecológico, pois:

O sujeito ecológico agrega uma série de traços, valores e crenças e poderia ser descrito em facetas variadas. Em sua versão política, poderia ser apresentado como sujeito heróico, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda, mas protagonista de um novo paradigma político existencial. Em sua versão Nova Era, é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holístico. Em sua versão a de gestor social, supõe-se que partilhe de uma compreensão política e técnica da crise socioambiental, sendo responsável por adotar procedimentos e instrumentos legais para enfrentá-lo, por mediar conflitos e planejar ações. (CARVALHO, 2012, p. 67 - grifo do autor).

O seu desenvolvimento a partir da conotação da Educação Ambiental deve assim ser representado também no âmbito de política pública ao se caracterizar como um mecanismo imprescindível para efetivação da legislação ambiental, porque através dela é delineado o avançar quanto à conscientização, estabelecendo um aprendizado novo que venha substituir essa cultura de não pertencimento a natureza. E a partir desse novo aprendizado, criar também novos valores éticos, costumes individuais e coletivos, os quais desenvolvam ações concretas no trato com o Planeta que desemboquem em respeito, equidade, prudência, responsabilidade e solidariedade.

Sobremaneira, ao falamos sobre os problemas ambientais inscritos na sociedade planetária, poderemos apreender que essa matéria também está imbricada a um processo da Educação Ambiental, pois é no processo da educação que conseguiremos desvendar a conscientização acerca desses problemas, as quais demandam a promoção de reflexões que indagam à construção por um novo paradigma, para que venham promover outra forma de agir com o meio ambiente, ora seja para tratar dos direitos e ou dos deveres, ou mesmo para elevar o cidadão a sua identidade socioambiental para tornar-se um

sujeito ecológico.

Para tanto, é importante compreendermos que essa sociedade traz também no seu contexto sócio-histórico as diversas crises cíclicas no entorno da vida social, na qual resultam por igual à crise ecológica atual. Sob essa égide, configurada pela questão socioambiental, muitos são os desafios para superar os seus conflitos, pois os debates e os esforços para desenvolver a consciência ambiental são recentes equiparados ao tempo de relevância da identidade socioambiental estabelecida até o presente. Por isso, ressaltamos a notável importância do exercício da Educação Ambiental como possibilidade instrumental epistemológico para que a sociedade encontre um novo percurso a trilhar em face à construção de um paradigma ecológico que promova a sustentabilidade socioambiental. Em suma, presumimos a necessária apreensão da transformação como motivação educativa através de uma trajetória a ser construída e socializada democraticamente.

Por isso o aprendizado e a conscientização através da Educação Ambiental não devem ser sintetizados somente a uma conotação educativa advinda para o âmbito escolar, mas também ampliar a sua incorporação nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento técnico-científico, bem como, para outros meios de ações formais e informais que delineiam a vida cotidiana da sociedade.

A Educação Ambiental deve ocorrer na vivência do dia a dia das famílias, nas organizações sociais, clubes de serviços, sindicatos, empresas públicas e privadas, e através das mais variadas expressões culturais, artísticas, sociais, capazes de influenciar valores, atitudes, comportamentos, estilos de vida pessoal e coletiva, e até mesmo modelos de desenvolvimentos. (GIOMETTI, 2017, p. 67).

Para isso caberá a toda sociedade planetária, principalmente a trabalhadores engajados nessa questão (assistentes sociais, biólogos, ecólogos, engenheiros, geógrafos, pedagogos, psicólogos...), de proporem e atuarem na reintegração da sociedade com a natureza, onde poderão realizar suas ações e intervenções em conformidade com os princípios da sustentabilidade por meio da Educação Ambiental, procurando atuar

como educadores e sensibilizadores de novos pensamentos e comportamentos, que sejam sustentáveis e justos.

Assim, vale ressaltar que, além, de todas essas funções que os cidadãos devem assumir enquanto educadores e sensibilizadores da Educação Ambiental, também devem tornar-se responsáveis e multiplicadores para informar e orientar a população sobre esta importante ferramenta de luta no enfrentamento da questão socioambiental.

A EA fomenta sensibilidades afetivas e capacidades cognitivas para uma leitura do mundo do ponto de vista ambiental. Dessa forma, estabelece-se como mediação para múltiplas compreensões da experiência do indivíduo e dos coletivos sociais em suas relações com o ambiente. Esse processo de aprendizagem por via dessa perspectiva de leitura dá-se particularmente pela ação do educador como interprete dos nexos entre sociedade e ambiente e da EA como mediadora na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas diante do mundo. (CARVALHO, 2012, p.79-80).

Enfim, é seguido a isso, a mobilização socioambiental através da participação social na atuação, implementação e execução das políticas públicas ambientais mais efetivas, bem como o uso da educação e legislação ambiental em prol da preservação e defesa do meio ambiente, e, ainda das próprias ações educativas para posturas éticas e mudanças socioambientais para todos os segmentos da sociedade mundial. E, assim teremos neste conceito a concretude para aprofundar a discussão em face à questão da identidade socioambiental como parte proeminente desse processo ao disseminar a relação homem-natureza através da Educação Ambiental.

Considerações finais

Ao delinear a discussão sobre a identidade estabelecida pelo homem ao meio ambiente, vários elementos foram sendo apresentados no que concerne às características sócio-históricas da humanidade dos primórdios até a contemporaneidade. Do ponto de vista espacial, hoje, convivemos com os desdobramentos

conflitantes do gênero humano com a natureza frente à ordem socioeconômica, que ideologicamente vem há tempos conduzindo a nossa forma de pertencimento homem-natureza, e, isso nos remete a questão da identidade. Por sua vez, a sociedade presente encontra-se vinculada a uma alienação das coisas, pelas e para as coisas, tendo em seu mecanismo um futuro incerto, onde será irreversível a sucumbência ecológica da qualidade ambiental.

O homem durante o seu percurso civilizatório passou por diversas transformações socioculturais ao buscar a transformação da natureza para atender o seu bel-prazer através da apropriação das riquezas naturais. Diante disso, identidades, culturas e territórios também foram apropriados, revelando a máquina do progresso global do seu próprio mito com a contradição resultante às desigualdades sociais produzidas em face à concepção antropocêntrica determinada pela identidade socioambiental de não pertencimento e interdependência à natureza. Isso vem reduzido sobre o gênero humano o entendimento de identidade humana para uma complexidade maior que nos remete rever as concepções desenvolvidas para outras possibilidades que demande novas formas de relacionamento homem-natureza, pois voltar ao princípio de tudo é notável reconsiderar o contexto das origens e nelas reconduzir fixamente novos saberes frente ao que chegamos até aqui.

Assim, a discussão frente à sociedade atual no tocante a identidade socioambiental a partir da Educação Ambiental nos remete a construção do saber vinculado à necessária superação quanto à alienação constituída pela escuridão globalizada para os efeitos dos holofotes que possam transcender o conhecimento superficial dessa questão para que o gênero humano possa estabelecer um aprendizado novo que venha substituir essa cultura de não pertencimento a natureza, por outra que seja de respeito, interação, interdependência e solidariedade dos indivíduos e do coletivo com a vida planetária.

Referências

BAUDRILLARD, J. *A transparência do Mal: ensaios sobre os fenômenos extremos*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. 1ª ed. São

Paulo: Papyrus, 1990.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOFF, L. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra*. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: out. 2015.

CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CONAMA. Resolução nº 001 de 23 de janeiro de 1986. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Seção 1.p. 2548-2549. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf>. Acesso em: jul.2017.

CONCEIÇÃO, A. L. *A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável*. III Encontro Nacional do Meio Ambiente. Salvador/BA, 2004. Disponível em: <<https://gpect.files.wordpress.com/2013/1/a-insustentabilidade-do-desenvolvimento-sustentavel.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

DIAS, R. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ENRIQUEZ, E. *Perda do trabalho, perda da identidade*. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. M. (Orgs.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT, 1999.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de Maria Tereza Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GIOMETTI, A. B. dos R. *Reflexões em educação ambiental: caminhos para construção*

de um cidadão crítico. Tese (Livre Docência em Educação Ambiental). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 263p.

IPCC. *Mudança do clima 2007: a base das ciências físicas: contribuição do grupo de trabalho I ao quarto relatório de avaliação do painel intergovernamental sobre mudança do clima*. Paris: OMM: PUNAMA, fev. 2007. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

LACERDA, G. L.; SILVA, T. P. *Crise socioambiental: uma nova realidade para o Serviço Social?*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MESZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. Tradução de Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, R. *O que é Geografia*. Coleção Primeiros Passos, São Paulo:Brasiliense, 1985.

MORIN, E.; KERN, A. B. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

NAVES, J. G. P.; BERNARDES, M. B. J. *A formação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental*. Geosul. Florianópolis: Periódicos UFSC, v. 29, n.57, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2014v29n57p7>>. Acesso em: jul. 2017.

NETTO, L.F.S. A.; RAMOS, F.R.S. *Cultura, identidade e trabalho: inter-relação de conceitos*. Revista Brasil Enfermagem. Brasília. v. 53, n.2, p. 213-222, abr./jun. 2000.

NUNES, L. S. *A questão socioambiental e a atuação do assistente social*. Textos & Conexão. Porto Alegre. v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013.

- OLIVEIRA, A. M. S. *A relação homem/natureza no modo de produção capitalista*. Revista Pegada. v. 3. 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/793>>. Acesso em: jul. 2017.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. *Teorias da etnicidade: seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. Unesp. 1998.
- SANTOS, M. 1992: *redescoberta da natureza. Estudos avançados*. v. 6 nº14. São Paulo: Scielo. Jan./Apr. 1992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000100007>>. Acesso em: jul. 2017.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: ed. USP, 2002.
- _____. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SILVA, M. G. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, T. P. *Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social*. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2018.
- Programa de Pós-graduação em Serviço Social: formação e trabalho profissional - PPGSS e integrante do Grupo de Pesquisa em Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social - GESTA da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS/UNESP - Campus Franca/SP. Docente do curso de Serviço Social do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro “Victório Cardassi” - IMESB / Supervisora Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Paulista - UNIP. Email: tpsilvamg@gmail.com ORCID 0000-0003-0498-111X.

Sobre os autores:

Analúcia Bueno dos Reis Guiometti - Doutora em Geografia pela UNESP/Campus Rio Claro. Livre Docente do Departamento de Pós-graduação em Serviço Social: formação e trabalho profissional - PPGSS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social – GESTA da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS/UNESP - Campus Franca/SP. Email: analuciagiometti@yahoo.com.br ORCID 0000-0001-9758-6236.

Tatiane Pereira da Silva - Doutoranda do